



Trabalho remoto

Pandemia aumentou e muito a modalidade, e um projeto de lei agora pretende regulamentá-lo.

.....

Liberdade de expressão

Até onde é possível ir sem ferir o direito dos outros - ou a própria democracia?



Produção: Fundação 1° de Maio
Diretor executivo: Guilherme M. Martinelli
Conteúdo: Adriana Peres
Consultores de projetos: Gereissat Rodrigues, Monique Mondêgo,
Stella Autuori e Wagner Lateri
Projeto gráfico e diagramação: Valpixel



Endereço para correspondência:
Rua Claudio Rossi, 1072 • Jardim da Glória
São Paulo/SP • Brasil • CEP: 01542010
Fone: (55 11) 3207.1210



Editorial

Há um ano e meio estamos vivendo o “novo-normal”, nos adaptamos, migramos o trabalho presencial para nossas casas. A pandemia levantou uma série de debates sobre a maneira que vivemos, como lidamos com a nossa rotina, seja em casa, na rua ou no trabalho.

Essa realidade nos fez enxergar alguns pontos críticos, trazendo a reflexão do que é liberdade e quais são os valores da sociedade em relação ao que é certo e o que é errado. Será que realmente vivemos em um mundo livre? Será que temos consciência do que é saudável para nossas vidas ou estamos há tanto tempo inseridos em um modelo padronizado que pensamos ser o ideal?

- Ficar em casa nos desafiou a reinventar meios para cuidar das rotinas de casa versus a atenção aos filhos e dar conta das obrigações no trabalho. A quarentena nos mostrou o quanto estamos presos a um sistema que só funciona quando se produz muito, gerando um sentimento de culpa quando estamos descansando, como mostra o texto “Psicopolítica: novas formas de controle do neoliberalismo”.

E o que acontece com quem não pode trabalhar durante esse período? Apenas 11% dos 74 milhões de profissionais conseguiram ficar em home office, dados da reportagem: “ “O novo normal”: projeto de lei propõe regulamentação de trabalho remoto.”.

A quarta edição da Revista 1º de Maio traz um conteúdo especial que aborda um pouco do que estamos vivendo: a falta de liberdade, o comportamento da sociedade durante o distanciamento social, dá dicas de leitura sobre política, e uma reportagem para você entender o que é a PEC da Reforma Administrativa. Para fechar, temos a apresentação da nova secretária nacional da Mulher do Solidariedade.

Espero que aproveitem a leitura!



Samanta Costa
Presidente da Fundação 1º de Maio



Editorial

Esta edição da revista da Fundação 1º de Maio traz na sua capa uma palavra importante e imprescindível para o nosso país e para qualquer outro: Democracia. Essa palavra com 10 letras significa muito para todos nós: liberdade de expressão, igualdade entre homens e mulheres, liberdade de ir e vir, soberania popular, livre participação política, independência entre os poderes.

Passados mais de 30 anos da nossa democracia, presenciemos ameaças constantes direcionadas a esse direito tão vital para um país ser mais justo e igual para todos. Desde a redemocratização, o Brasil não presenciou ataques tão diretos contra o estado democrático de direito e às instituições. O pior é que as pessoas que realizam atos antidemocráticos tentam confundir a sociedade, distorcendo o real conceito do que é ser democrático.

Já vimos esse filme várias vezes e não podemos aceitar vê-lo novamente. Os discursos autoritários do presidente da República, Jair Bolsonaro, têm chamado a atenção para uma possível tentativa de golpe. O mundo está de olho no Brasil e não está gostando nada do que está vendo.

Já estamos pagando o preço por todas essas atitudes irresponsáveis de quem deveria zelar pelo país e garantir o estado democrático. O Brasil de hoje é o retrato da fome, do desemprego, da pobreza extrema, da violência desenfreada. Investidores não se sentem seguros para investir e líderes internacionais nos olham com desconfiança.

Diante de todas essas ameaças, não podemos perder a nossa capacidade de reagir e de exigir melhorias. Precisamos defender a nossa democracia com todas as nossas forças. Esse é o primeiro passo para que o nosso Brasil volte a sorrir.

Viva a democracia!



Paulinho da Força
Deputado Federal e Presidente
Nacional do Solidariedade

SUMÁRIO

6

Da periferia à política, Loreny, secretária nacional do Solidariedade Mulher, é a representação da voz da jovem mulher brasileira

Loreny conta um pouco de sua história na luta por uma política mais inclusiva para mulheres.

10

"O novo normal": projeto de lei propõe regulamentação de trabalho remoto

Home office ficou mais comum na pandemia, mas regulamentações sobre a modalidade ainda são poucas.

14

Qual o limite da liberdade de expressão?

Brasil vive momento repleto de ameaças à democracia e perseguição a jornalistas: até onde devemos tolerar o intolerável.

18

O alto custo do encarceramento em massa no Brasil

Os gastos de bilhões de reais com o sistema carcerário não resultam em maior sensação de segurança. Que caminhos a segurança pública ainda precisa trilhar?

23

Psicopolítica: novas formas de controle do neoliberalismo

Filósofo sul-coreano Byung-Chul Han afirma que, hoje, com agravamento do capitalismo, cada trabalhador explora a si mesmo.

27

É possível sair da crise em que estamos inseridos? A perspectiva humanista pode ser uma resposta

Diógenes Sandim afirma que crise de valores e de poder que vivemos hoje, nos autoriza calcular que estamos no limiar de uma grande transformação do mundo e da sociedade capitalista ocidental.

31

Como as Democracias Morrem e Pós-verdade e Fake news

Dois livros ajudam a entender o cenário político nacional e internacional.

Da periferia à política, Loreny, secretária nacional do Solidariedade Mulher, é a representação da voz da jovem mulher brasileira

Aos 25 anos, ela foi eleita a vereadora mulher mais jovem de Taubaté-SP.

Aos 29, foi candidata a prefeita com uma proposta de construir uma cidade inteligente e sustentável.

Loreny aos 30 anos coleciona experiências na vida pública: formada em Gestão de Políticas Públicas e especialista em Orçamento Público Municipal, trabalhou no Governo do Estado de São Paulo, no Senado Federal e fundou uma empresa de gestão pública.

Durante seu mandato no Legislativo, implantou uma missão: a Escola de Cidadania e Política. Para tanto, criou instrumentos de transparência na gestão do mandato, uma escola de formação de líderes políticos gratuita, fez processo seletivo para a equipe do mandato, aprovou leis que regulamentavam a transparência em serviços públicos municipais.

Filha do Sérgio e da Ivone, Loreny levanta a bandeira de uma política com equilíbrio e feita com amor, para as pessoas.

Atualmente, segue fazendo Escola de Cidadania e Política, trabalha com sua empresa de gestão pública e está secretária nacional do Solidariedade Mulher.



Loreny por suas palavras

Eu nasci em Taubaté e cresci no Cecap, um bairro de habitações populares na periferia. Meu pai, Sérgio, era metalúrgico. Minha mãe, Ivone, dona de casa.

Estudei sempre nas escolas públicas, fiz balé na escola de artes Maestro Fêgo Camargo. Mas foi em casa que eu aprendi as primeiras e mais importantes lições da vida.

Com meus pais eu aprendi a amar a natureza, a Deus e ao próximo. E que com trabalho, dedicação e planejamento, dá para fazer as coisas acontecerem.

Tive na educação grandes janelas de oportunidade: aos 14 anos fui aprovada para estudar no colégio mantido pela Embraer, em São José dos Campos. De lá, fui estudar Gestão de Políticas Públicas na USP (Universidade de São Paulo).

Como começou o caminho na política

Acho que foi uma construção ao longo da minha vida. Meus pais sempre me incentivaram a olhar para fora, observar o mundo, as pessoas, a natureza e me provocavam reflexões. Conforme eu fui crescendo e percebendo a realidade, fui também percebendo como existiam velhos problemas que poderiam ser resolvidos ouvindo as pessoas, com boa vontade política.

Uma coisa levou a outra. Na faculdade de Gestão de Políticas Públicas entendi a importância das decisões de como nosso dinheiro vai ser gasto. Ao mesmo tempo acompanhei um processo de cassação do então prefeito da minha cidade, o que me trouxe uma percepção das pessoas como uma possível liderança.

Como decidiu se candidatar a vereadora

Eu já trabalhava para um partido, tinha começado como estagiária para ajudar no trabalho técnico de análise de dados e estudo orçamentário e segui com essa atividade. Em 2015, quando o assunto eleições era mencionado, eu sempre ouvia dos colegas que deveria me candidatar. Percebi que eu poderia fazer uma campanha diferente, com poucos recursos, sendo educativa e lembrando para as pessoas que o político é um trabalhador do povo. Meu currículo era minha maior propaganda: eu tinha estudado e estava preparada para fazer um mandato com qualidade.

Queria mostrar que dava pra fazer diferente. Se eu ganhasse a eleição, seriam duas vitórias. A primeira era ter traçado um caminho diferente do “tradicional”. E a segunda, ser eleita de fato.

Com meus pais eu aprendi a amar a natureza, a Deus e ao próximo. E que com trabalho, dedicação e planejamento, dá para fazer as coisas acontecerem.

Desafios vivenciados neste processo

Ouvi muito que não dava para fazer uma campanha com poucos recursos. No final das contas, além do material que ganhei do partido, gastei só R\$ 960: o custo de impressão dos meus currículos.

Logo após a eleição, pegaram fotos minhas de biquíni na praia e distribuíram nas redes sociais, tentando me desqualificar como profissional. Tentaram de várias maneiras diminuir minha presença enquanto vereadora eleita democraticamente.

Mas ao mesmo tempo que eu desagradava quem se interessava pela política ruim, a população ia se interessando e participando do mandato.

Candidatura a prefeita

Quando eu vi que o mandato ia bem, mas eu ainda tinha muitas amarras por conta da posição do Legislativo mesmo, decidi me candidatar a prefeita. Sentia que podia fazer mais, que podia propor para a cidade um projeto diferente, inovador, com participação das pessoas. Foram 4 anos visitando cada bairro, cada equipamento público e ouvindo a população. Eu sentia que estava em condições de ser uma via para quebrar o ciclo vicioso que Taubaté vivia elegendo, sempre pessoas da mesma família.

Eu sentia na pele os problemas do povo. Eu sempre usei serviço público de saúde, educação, transporte. Ao mesmo tempo que minha vontade de ser candidata crescia, eu sentia nas pessoas que elas confiavam em mim para esse trabalho.

Sentia que podia fazer mais, que podia propor para a cidade um projeto diferente, inovador, com participação das pessoas



Projetos futuros

Tenho duas grandes metas: aumentar a participação efetiva das mulheres na política e promover educação política. Por meio da Secretaria Nacional da Mulher estamos conseguindo desenvolver trabalhos que abracem essas duas vertentes. Temos preparado conteúdos de estudo, cursos gratuitos, promovido debates nas redes sociais da Secretaria. E além disso, é um projeto seguir na linha educativa e participar de próximas eleições.

Inspirações

Eu me inspiro muito nas pessoas que eu encontro pelas ruas, desenvolvendo projetos criativos e trabalhando por outras pessoas.

Um conselho para as mulheres que querem se engajar na política

Estude, se prepare. Converse com outras mulheres. Participe de grupos de mulheres na política. E fortaleça suas redes de apoio para que, na hora de dedicar muitas horas de trabalho ao seu propósito, elas estejam ao seu lado. As pessoas da sua rede de apoio serão fundamentais para a sua saúde mental e para te ajudar a dar conta das atividades da vida, especialmente para quem tem filhos. ■

“Sentia na pele os problemas do povo. Eu sempre usei serviço público de saúde, educação e transporte. Ao mesmo tempo que minha vontade de ser candidata crescia, eu sentia nas pessoas que elas confiavam em mim para esse trabalho”



“O novo normal”: projeto de lei propõe regulamentação de trabalho remoto

Pesquisa do Ipea indica que mais de 8 milhões de brasileiros fizeram home office durante a pandemia de Covid-19

Para além de todos os efeitos sobre a saúde – física e mental – de milhões de brasileiros, a pandemia de Covid-19 afetou drasticamente a rotina de trabalho de uma grande parte da população do país. Mais precisamente, 8,2 milhões de pessoas no país trabalharam de forma remota – o chamado home office – durante maio e novembro de 2020, de acordo com um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e lançado em julho de 2021, com dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O número representa apenas 11% dos 74 milhões de profissionais que seguiram trabalhando durante a pandemia, mas a pesquisa do Ipea permite traçar um perfil dos trabalhadores em regime remoto: a grande maioria é formada por pessoas brancas (65,5%), mulheres (56%) e com ensino

superior (cerca de 75%). Quase dois terços desse grupo são do setor privado (63,9%) e mais da metade é representado por profissionais da educação privada: 51%.

O estudo também mostrou a adesão ao home office no setor público. Em nível federal, 40,7% dos funcionários públicos trabalharam à distância durante o período analisado. Já os níveis estaduais e municipais tiveram 37,1% e 21,9% de pessoas

trabalhando de forma remota, respectivamente.

Apesar de abranger pouco mais de 10% da população empregada durante a pandemia, o número de pessoas que alterou o regime presencial para o remoto é considerável e o Brasil ainda tem poucas regulamentações para esse novo contexto.



Para suprir essa lacuna, foi apresentado em março no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 612/2021, de autoria do senador Confúcio Moura, do MDB de Roraima. O texto insere novas disposições à legislação trabalhista, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e inclui diretrizes para o trabalho remoto, buscando mitigar conflitos jurídicos e trabalhistas e garantir direitos dos trabalhadores em home office.

“A regulamentação do trabalho remoto é necessária para dar maior segurança jurídica aos trabalhadores e aos empregadores”, afirma o deputado federal Paulinho da Força, presidente nacional do Solidariedade. “Durante a pandemia, muitas empresas têm usado o home office como uma das maneiras de burlar a legislação trabalhista e isso tem gerado diversos processos na Justiça do Trabalho”, diz.

De fato: de março a setembro de 2020, o número de processos nas Varas do Trabalho aumentou 263% em

relação ao mesmo período de 2019, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST). “É necessário ressaltar também a importância dos sindicatos durante os acordos entre patrões e empregados. Precisamos dos acordos e das convenções coletivas para evitar que os trabalhadores sejam prejudicados durante as negociações”, conclui o deputado.

O Projeto de Lei em tramitação no Senado estabelece novos parâmetros para as relações de trabalho remoto, como o respeito à intimidade do funcionário, além do direito de imagem, à privacidade e à segurança pessoal e de familiares dos profissionais. O texto também determina que o empregador deverá fornecer ao trabalhador todo o aparato necessário para a realização de seu trabalho, como computadores, por exemplo, e prover suporte material e tecnológico para a execução das tarefas.

Mas nem sempre isso acontece. Adriana Santos, comunicadora que trabalha de casa desde março de 2020, afirma

que diversos custos que antes eram do empregador, como gastos com internet, luz e alimentação, por exemplo, foram repassados para o trabalhador – que, muitas vezes, não recebe nenhum valor extra por isso. “Minha conta de luz quase dobrou durante o home office e precisei ampliar o pacote de internet para dar conta das rotinas de reuniões e transmissões ao vivo”, afirma.

Apesar disso, o trabalho à distância pode oferecer uma série de vantagens, como mais tempo para cuidar de si mesmo e ficar com a família, além de ter mais disponibilidade para outras tarefas ou atividades, uma vez que o tempo dedicado a deslocamentos, por exemplo, pode ser mais bem aproveitado. Mas a flexibilidade de horários nem sempre tem limites. “Já recebi inúmeras mensagens sobre trabalho de madrugada ou aos finais de semana”, afirma a profissional.

A regularização do trabalho remoto é necessária para dar maior segurança jurídica aos trabalhadores e aos empregados, afirma o deputado federal Paulinho da Força, presidente nacional do Solidariedade

Nesse ponto, o PL 612/2021 traz artigos claros sobre o respeito às pausas e aos momentos de descanso do trabalhador. “Nos horários de repouso e durante o intervalo entre as jornadas é assegurado ao empregado o direito de se desconectar dos instrumentos de telefonia, mecânicos ou tecnológicos de trabalho, sendo considerados abusivos ou intimidatórios os contatos e ordens emitidas dentro desses horários, exceto em caso de emergência, devidamente comprovada”, afirma um dos pontos do projeto.

O texto também determina que o trabalho remoto deverá ser previsto em um contrato específico ou por meio de um aditivo. O documento terá que fixar a duração da jornada de trabalho, os momentos de intervalo e deverá dispor também sobre eventuais reembolsos de custos pagos pelos trabalhadores durante a atividade profissional. O Projeto de Lei ainda propõe que empregadores apoiem ou promovam a realização de cursos ou atividades que preparem os trabalhadores para essa nova dinâmica, em casos de readaptação ou reciclagem, por exemplo.

Precisamos dos acordos e das convenções coletivas para evitar que os trabalhadores sejam prejudicados durante as negociações

Na justificção do PL 621/2021, o senador autor da matéria alega que ainda “falta muito” para regulamentar o trabalho remoto. “Temos uma regulamentação do teletrabalho anterior à pandemia, embora tais normas estejam limitadas ao trabalho realizado com utilização de tecnologias de informação e de comunicação, fora das dependências do empregador, sem configurar trabalho externo”, diz o texto. “Não foram consideradas outras possibilidades como a produção de bens físicos: artesanato, vestuário, entre outros. Tampouco foi considerada a realização de trabalho intelectual”. O senador também afirma que a regulamentação é importante para fiscalizar e “diminuir o trabalho clandestino ou assemelhado à escravidão”, conclui.

Além das propostas do PL, há também um material produzido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) com 17 diretrizes para regulamentar o trabalho remoto. As orientações em muito se assemelham às disposições do PL 621/2021 e incluem parâmetros de ergonomia e ética digital, além de recomendações com relação ao autocuidado dos funcionários e a automatização de funções e atividades.

A vacinação contra a Covid-19 está avançando no Brasil e, em breve, a rotina voltará pouco a pouco ao chamado “novo normal” – que terá o home office como uma opção mais do que viável para funcionários e empregadores. No entanto, a readaptação às novas modalidades de trabalho – presencial, híbrido (quando parte do trabalho é feita remotamente e parte presencial) ou remoto – deve ser pensada para proteger quem trabalha e quem emprega. Somente assim, com transparência, fiscalização e garantia de direitos, é que todos e todas poderão usufruir das vantagens do home office.

Tripla jornada de trabalho

As mudanças na rotina de trabalho em razão da pandemia evidenciaram ainda mais a desigualdade entre homens e mulheres. Uma pesquisa do IBGE mostrou que brasileiras gastam, em média, 21 horas por semana com trabalhos domésticos, enquanto brasileiros gastam apenas 10 horas.

A dupla jornada de trabalho se tornou, para muitas mulheres, jornada tripla. Agora, o cuidado não é apenas com as tarefas da casa, mas também com filhos, que passaram a estudar em casa durante o período de isolamento social.

O levantamento “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizado pelas organizações Gênero e Número e Sempreviva e publicado em julho de 2020, mostrou que metade das mulheres que responderam à pesquisa passou a cuidar de alguém durante a pandemia, como filhos, outras crianças, idosos ou pessoas com deficiência – sendo 52% delas mulheres negras. 42% delas não conta com nenhum apoio externo nas atividades de cuidado e 41% das respondentes afirmaram trabalhar mais na pandemia – sendo 55% delas mulheres brancas. “Se antes pagar por serviços era a solução possível para algumas, a pandemia mostrou a intensificação do trabalho das mulheres. Elas trabalham mais porque as tarefas ainda não são distribuídas igualmente no ambiente doméstico”, conclui o levantamento.

Mais dados da pesquisa podem ser consultados em mulheresnapanidemia.sof.org.br

Raio-x do home office no Brasil durante a pandemia de Covid-19:

8,2 milhões de brasileiros e brasileiras em regime de home office entre março e novembro de 2020



Home office no serviço público:





As redes sociais
amplificam vozes
– e não são terra
de ninguém

Qual o limite da liberdade de expressão?

Quando o deputado federal Daniel Silveira, do PSL do Rio de Janeiro, publicou em suas redes sociais um vídeo ameaçando ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e conclamando por um “novo AI-5” – medida que endureceu o regime militar em 1968, institucionalizando a censura e fechando o Congresso Nacional – o debate sobre os limites da liberdade de expressão entrou mais uma vez na pauta.

Isso porque logo depois da publicação do vídeo vieram as consequências: o deputado foi preso em flagrante em fevereiro e sua prisão foi mantida por unanimidade pelo plenário do Supremo. A Câmara dos Deputados também condenou as falas: vencendo os 130 votos contrários, 364 deputados defenderam que o colega de casa permanecesse preso.

Não demorou para que parte das já divididas redes sociais se manifestasse. Afinal, como é possível uma pessoa, no Brasil, ser presa apenas por manifestar sua opinião? A decisão dos ministros não feriria a liberdade de expressão?

Na verdade, não. O mesmo artigo 5º da Constituição Federal que garante esse direito inclui,

no inciso X, que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Ou seja, a liberdade de expressão – como qualquer direito – não é absoluta. Em outras palavras, ela tem limites e o limite é o direito do outro. Comentários ofensivos, discriminatórios ou caluniosos podem ser feitos, é claro. Mas isso não significa que não possa haver sanções para quem os proferir ou os publicar.

No caso do deputado Daniel Silveira, o limite era o estado democrático de direito. A Lei de Segurança Nacional – a mesma usada na ditadura militar para perseguir opositores políticos – determina em seu artigo 1º que é crime a ameaça à integridade territorial e à soberania nacional, ao regime representativo e democrático, à Federação, ao Estado de Direito e à pessoa dos chefes dos Poderes da União. A própria Constituição Federal em seu artigo 1º afirma que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. A conclamação de um AI-5, portanto, fere, acima de tudo, determinações constitucionais.

O debate sobre os limites à liberdade de expressão não é novo, mas ganhou novos contornos no mundo conectado à internet e mediado pelas redes sociais. As principais plataformas, como Twitter, Facebook, Instagram e YouTube, têm mecanismos internos – e questionáveis em alguns pontos, é verdade – para excluir ou denunciar conteúdos considerados impróprios. Publicações com discursos de ódio, manifestações discriminatórias, conteúdo íntimo e, mais recentemente, desinformação, estão no rol de categorias a serem banidas dessas plataformas de acordo com os termos de uso de cada empresa.

Estariam essas empresas, então, violando o

direito à liberdade de expressão ao remover, por exemplo, fake news publicadas pelo ex-presidente do Estados Unidos, Donald Trump, sobre a gravidade da Covid-19? Ou a exclusão de postagens do presidente da República Jair Bolsonaro que questionavam recomendações das autoridades de saúde no combate ao coronavírus e desencorajavam atitudes que conteriam a disseminação da doença? Qual é esse limite e quem o estabelece?

Usuários de uma determinada rede social estão sujeitos a regras internas de cada plataforma. Esse contrato é “assinado” pelo usuário ao concordar com os termos de uso das empresas.

Estariam empresas de redes sociais violando o direito à liberdade de expressão ao remover, por exemplo, fake news?

Nesse sentido, a remoção de conteúdo pode acontecer em casos de publicações que violem esses termos – elaborados por empresas privadas, com políticas e regras próprias de conduta. Por mais questionáveis que essas condições possam parecer para alguns, a verdade é que a remoção das publicações está juridicamente assegurada.

Mas voltemos à seara da justiça: o direito à liberdade de expressão não é absoluto e o próprio ordenamento jurídico brasileiro prevê formas de

coibir eventuais abusos desse direito. Não à toa, injúria, calúnia e difamação são crimes.

Justamente por não ser absoluta, a liberdade de expressão pode, sim, ser confrontada. É a chamada colisão de direitos fundamentais: é preferível restringir o direito de um titular (uma pessoa, um grupo social, uma instituição, por exemplo) a lesar direitos de terceiros.



Um episódio recente ajuda a ilustrar esse dilema: em 2017, um grupo de extrema-direita nos Estados Unidos marchou na cidade de Charlottesville contra negros, imigrantes, judeus e homossexuais. O ato, que remeteu a ações da organização supremacista branca Ku Klux Kan, contou, ainda, com centenas de participantes fazendo a saudação nazista e carregando suásticas em cartazes e bandeiras. Uma manifestação como essa, que prega discurso de ódio e, literalmente, a eliminação de determinados grupos sociais, pode ser aceita em um regime democrático?

A esse conflito se dá o nome de “paradoxo da tolerância”: tolerar a intolerância pode levar ao fim da tolerância, uma vez que permitiria a instalação de um regime autoritário, calcado, sobretudo na perseguição ao diferente, ao plural.

São em contextos como esse em que a liberdade de expressão – e de imprensa – são mais visivelmente ameaçadas e violadas, nos quais a censura é usada para refutar qualquer crítica ou forma de controle externo do poder vigente, como o jornalismo, por exemplo.

Nas ditaduras do Estado Novo (1937–1946) e a militar (1964–1985), o Brasil viu jornais, livros, peças de teatro, músicas, filmes e qualquer conteúdo a ser disseminado por meios de comunicação ser devassado por órgãos censores, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, no governo Vargas, e o Serviço Nacional de Informações, na ditadura militar.

Mesmo após as ditaduras, a perseguição a jornalistas ainda persiste no Brasil, que em 2020 registrou 428 ataques à liberdade de imprensa no país, de acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). O relatório “Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil”, publicado este ano pela organização, indicou um aumento de 105% nas ocorrências de um ano para o outro. Os dados são obtidos a partir das denúncias feitas a sindicatos dos jornalistas e FENAJ e por meio de levantamento dos casos reportados pela imprensa.

Além da violência – que incluiu dois assassinatos tanto em 2019 quanto em 2020 – a pesquisa mostrou também que os casos de censura cresceram 750% em 2020 em comparação ao ano anterior. Como afirma a Organização das Nações Unidas (ONU), defender a democracia é defender o acesso as informações transparentes e confiáveis.

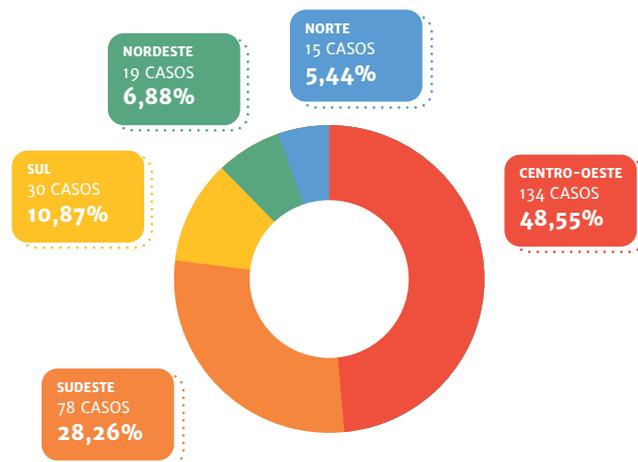


Brasil ainda sofre com perseguição a jornalistas

A violência contra jornalistas no Brasil em 2020:



Números da violência por região



O alto custo do encarceramento em massa no Brasil

O Brasil gastou cerca de R\$ 16 bilhões para custear o sistema carcerário em 2017. Mesmo assim, sensação de insegurança social só aumenta

Internos sob responsabilidade da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará

Desde que a Lei nº 11.343, conhecida como Lei de Drogas, foi promulgada, em 2006, o número de pessoas presas no Brasil aumentou 86%, pulando de 401.200, em 2006, para 748 mil em 2019 (período analisado pelo último relatório do Infopen (Levantamento de Informações Penitenciárias), produzido pelo Ministério da Justiça). Hoje o Brasil é o terceiro país com a maior população prisional do mundo, atrás somente dos Estados Unidos, com mais de dois milhões de pessoas presas, e da China, com pouco mais de um milhão e meio. Em 2019, 30% da população carcerária estava presa provisoriamente, isto é, aguardava atrás das grades o desfecho do processo criminal.

Apesar de ter abrandado a pena para uso e porte de drogas, a Lei nº 11.343 endureceu a pena para tráfico, que foi equiparado a crime hediondo, e é apontada por diversos pesquisadores e institutos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), como um dos vetores do superencarceramento. Em 2019, mais de 20% da população carcerária respondia por crimes ligados às drogas, de acordo com o Infopen publicado naquele ano. Em 2016, o número ultrapassou um quarto da população carcerária total, chegando a 26%. Entre as mulheres presas, mais da metade responde por tráfico de drogas, segundo o Infopen de 2019.



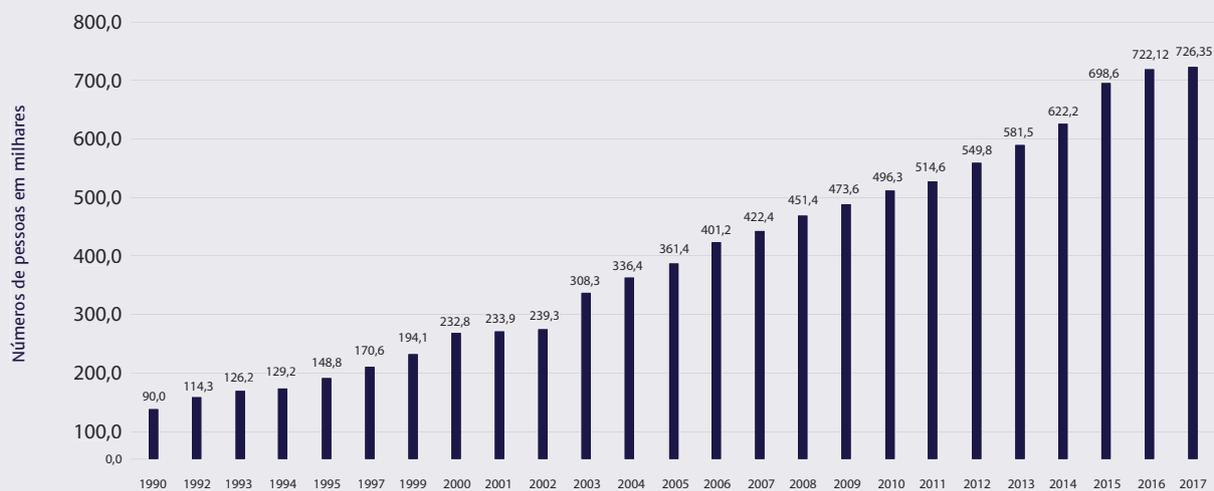
Apenas para efeitos comparativos, crimes contra o patrimônio, como furto e roubo, equivalem a 51% das prisões no Brasil, segundo o mesmo levantamento, e crimes contra a pessoa, como homicídio ou violência doméstica, representam 17%.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347, que consagrou a célebre expressão “estado de coisas inconstitucional” para descrever o sistema prisional brasileiro. O relator da ação no STF, ex-ministro Marco Aurélio Mello, afirmou que o quadro mostrava a “falência do sistema”. “A situação é, em síntese, assustadora: dentro dos presídios, violações sistêmicas de direitos humanos; fora deles, aumento da criminalidade e da insegurança social”, afirmou o ex-ministro durante o voto.

(TCU) mostrou que o Brasil gastou em 2017 quase R\$ 16 bilhões para custear o sistema penitenciário como um todo. Todo esse montante, no entanto, foi insuficiente para resolver o problema do superencarceramento e as péssimas condições de aprisionamento no país. Apesar de ter mais de 748 mil pessoas presas, o país possui 442.349 vagas disponíveis. O resultado são celas abarrotadas – e em tempos de pandemia de covid-19, a situação é ainda mais grave, inclusive para agentes penitenciários e funcionários que atuam no sistema carcerário diariamente. “Você não vai querer ter em sua região um lugar que está espalhando a doença. Guardas, pessoal de limpeza, fornecedores de comida, visitantes, muita gente entra e sai das prisões. É preciso controlar (a propagação da doença nas prisões)”, afirmou à BCC Brasil o professor Arthur Caplan, da Escola de Medicina

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União

Gráfico 1. Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2017



Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen

da Universidade de Nova York.

Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostrou que o gasto do Estado com um preso em presídios estaduais é, em média, de R\$ 2.400 por mês. Em presídios federais, o número chega a R\$ 3.742,22. Em prisões privadas, o repasse estatal para cada preso era ainda maior, alcançando R\$ 4.066,77 por mês, de acordo com o relatório final da CPI do Sistema Carcerário, publicado em 2015 e disponível no site da Câmara dos Deputados. Ainda sobre os

presídios geridos pela iniciativa privada, é preciso lembrar que as rebeliões em prisões no Amazonas em 2018 aconteceram em unidades privatizadas, revelando que a alternativa – sempre aventada em debates – de delegar o cerceamento da liberdade a uma empresa não é tão simples como parece.

Apesar das cifras robustas destinadas à repressão no país – um total de R\$ 95 bilhões em 2019 – os índices de criminalidade não parecem diminuir. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança

Pública, em 2020 foi registrado um aumento de 7,1% em mortes violentas intencionais, mostrando que no Brasil uma pessoa é assassinada a cada 10 minutos. Femicídios aumentaram em quase 2% em relação a 2019. O volume de drogas apreendido pela Polícia Rodoviária Federal em 2020 também aumentou, de acordo com o levantamento: houve um crescimento de 56,7% do volume de cocaína apreendido e 128,3% no caso da maconha.

Onde estamos errando, então? A resposta pode estar em uma

De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 foi registrado um aumento de 7,1% em mortes violentas internacionais, mostrando que no Brasil uma pessoa é assassinada a cada 10 minutos. Femicídios aumentaram quase 2% em relação a 2019

palavra: prevenção. O Estado brasileiro empenha muitos recursos para lidar com a criminalidade em si, mas parece se esquecer de unir às políticas de combate ao crime ações transversais nas áreas de educação, trabalho, lazer, cultura e assistência social. A ausência do Estado, que chega muitas vezes apenas na forma de polícia

em regiões periféricas e em comunidades, fortalece a atuação de organizações criminosas, que veem no aumento da população carcerária uma forma de arregimentar novos integrantes.

Além disso, é importante considerar que as altas taxas de encarceramento, que cresceram

244% entre os anos 2000 e 2019, de acordo com o relatório do Infopen de 2019, impactam também a comunidade ao redor das pessoas presas. “Falar sobre encarceramento não é apenas falar de prisão. E este é um debate urgente.

O encarceramento em massa é um fenômeno que atinge o bairro (pobre), os vizinhos, os pais de amigos (quase sempre pretos, pardos e jovens), as próprias crianças e adolescentes. Trata-se de um fenômeno que cruza experiências familiares e comunitárias”, afirma um estudo de 2018 do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) que entrevistou filhos e filhas de pessoas privadas de liberdade e os efeitos da prisão no núcleo familiar.

O perfil da população prisional brasileira ajuda a ilustrar esse cenário: em 2019, 44% dela era formada por jovens (até 29 anos), negros ou pardos (65%) com baixa escolaridade – apenas 2,5% dos presos tinham completado o ensino médio.

“O combate à violência no Brasil requer um conjunto de medidas que vai desde o investimento maciço em políticas sociais nas periferias e grotões até o combate por meios tecnológicos ao tráfico internacional de entorpecentes”, afirma o deputado federal Bosco Saraiva, do Solidariedade-AM. “Sem esse amplo arco de medidas não haverá solução para o constante aumento da criminalidade em nosso país. Incluo nessas medidas urgentes reformas no sistema prisional e de justiça no código brasileiro”, diz.

O Ministério da Justiça publicou em 2005 um documento com diretrizes para o enfrentamento à criminalidade e para a prevenção de crimes. Uma das orientações apontadas pelo

órgão era “A necessidade de se romper com um modelo reativo de segurança centrado na repressão e na multiplicação das prisões, para uma nova forma de se conceber o próprio papel das polícias e das guardas municipais, no sentido da afirmação de estratégias comunitárias de segurança que façam uso da abordagem conhecida internacionalmente como policiamento orientado para a solução de problemas”.

O investimento no setor de inteligência das polícias e o estabelecimento de novas métricas de desempenho da atividade policial também precisam entrar nesse cálculo. O grande número de prisões em flagrante, por exemplo, muitas vezes deixa em segundo plano a investigação e o esclarecimento de crimes graves, uma vez que o contingente policial e a estrutura da segurança estão voltados para a patrulha ostensiva. No documento “Agenda Segurança Pública é solução”, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelos institutos Sou da Paz e Igarapé em 2018, as organizações aprofundam o diagnóstico: “apesar da imensa quantidade de mortes violentas registradas anualmente, apenas 11% dos detentos brasileiros foram condenados por homicídios.

“O combate à violência no Brasil requer medidas que vai desde o investimento maciço em políticas sociais nas periferias e grotões até o combate por meios tecnológicos ao tráfico internacional de entorpecentes”, afirma o deputado federal Bosco Saraiva, do Solidariedade-AM

A porta de saída do cárcere também deve ser levada em conta nas políticas públicas de segurança

Estudos indicam que de cada 100 homicídios registrados apenas seis resultam em condenação. Isso ocorre porque, não raro, as forças policiais brasileiras não baseiam a sua atuação em planejamento sólido e indicadores criminais”, afirma o documento, lançado para fomentar o debate sobre segurança pública durante as eleições presidenciais de 2018, com dados sobre o sistema prisional disponíveis naquele ano.

A porta de saída do cárcere também deve ser levada em conta nas políticas públicas de segurança. Hoje os egressos do sistema prisional dificilmente conseguem se reinserir no mercado de trabalho por inúmeras razões – desde o estigma que recai sobre ex-presidiários até uma questão fundamental e pouco debatida no Brasil: a documentação suspensa em razão de condenação criminal. A Constituição Federal determina que pessoas com condenação criminal transitada em julgado perdem os direitos políticos. Na prática, isso

quer dizer que o título de eleitor – documento imprescindível para abertura de contas bancárias ou acesso a empregos formais, por exemplo – fica suspenso até o final da pena, que, muitas vezes, inclui o pagamento de uma multa para além da pena corporal. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2018 eram mais de 788 mil brasileiros nessas condições. Sem acesso a serviços, a trabalho e com documentação suspensa, muitas vezes o crime volta a ser uma opção ou, em muitos casos, a rua. De acordo com o censo da população em situação de rua na cidade de São Paulo, publicado em 2019 pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 31% dos moradores de rua na capital paulista eram egressos do sistema prisional.

Os dados apresentados mostram que propostas com forte apelo popular, como novas construções de presídios ou a cobrança de taxas para que os detentos financiem sua

“estadia” no sistema prisional, não vão resolver o problema do encarceramento no Brasil, muito menos reduzir a criminalidade. Os esforços gastos com a manutenção da atual política de segurança pública e a negligência do Estado em garantir condições mínimas de dignidade dentro dos presídios têm um preço alto demais. Dentro do cárcere, grupos criminosos se beneficiam do aumento paulatino da população prisional e da ausência do Poder Público, cobrando taxas de familiares para garantir aquilo que é obrigação do Estado fornecer, como alimentação, produtos de higiene e a garantia de segurança dentro das unidades. Do lado de fora do muro, comunidades e periferias são controladas por membros das mesmas facções que regem a dinâmica interna dos presídios. E a população – incluindo policiais brasileiros – fica refém dos efeitos de uma política de segurança pública que já se mostrou ineficaz. ■

Psicopolítica: novas formas de controle do neoliberalismo

A seção Novos Conceitos apresenta teorias e conceitos pertinentes à reflexão da cena política, que poderão ser utilizados não só para pensar o contexto brasileiro como também o mundial. A ideia não é apresentar “o certo” ou “o errado”, mas ampliar os horizontes das leitoras e leitores a fim de que consigam olhar para a realidade e perceber todos os seus matizes.

Imagine um mundo onde não houvesse chefes, onde os trabalhadores tivessem autonomia para gerir a sua própria jornada de trabalho, que fossem seus próprios coordenadores, onde cada indivíduo é senhor de si mesmo. Para o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han esse mundo já existe e estamos inseridos nele. No entanto, aponta o autor, isso não é positivo.

“Hoje, cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma luta interior consigo mesmo”, argumenta o autor em seu livro *Psicopolítica – O Neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, publicado pela Editora Ayiné.

A obra explora e rebate uma série de conceitos de autores consagrados, como a biopolítica de Foucault, a concepção de luta de classes de Marx e da ética protestante de Weber, para analisar a realidade econômica e social do século XXI. Byung-Chul Han considera que esses conceitos elaborados anteriormente não dão conta das mudanças sofridas com o advento da internet e que o neoliberalismo encontrou novas formas de exploração ainda mais sagazes do que as apontadas por Marx.

Em uma palestra no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona (CCBB), divulgada pelo jornal *El País*, o filósofo alertou que a principal característica de nossa época se refere o fato de que os trabalhadores desconhecem a própria exploração. “No 1984 orwelliano a sociedade era consciente de que estava sendo dominada; hoje não temos nem essa consciência de dominação”. A visão do autor se constrói a partir da tese de que as pessoas hoje se autoexploram e sentem pavor do outro, daquilo que é diferente.

Hoje, cada trabalhador explora a si mesmo, afirma filósofo



Para o autor, o neoliberalismo se configura como um agravamento do capitalismo, e não como um processo de ruptura. A sociedade disciplinar, pautada pelas instituições de confinamento, como a fábrica, a prisão, a família etc., onde as instituições buscavam ordenar e controlar os indivíduos, abriu espaço para a sociedade da positividade, em que cada indivíduo controla a si próprio, sendo um empreendedor de si mesmo.

Para melhor explicar essa ideia, o filósofo, na obra Psicopolítica, utiliza a metáfora da topeira e da serpente. A topeira é um animal que vive em um sistema fechado, caminha por espaços pré-instalados, por isso se submete às restrições. A serpente, por sua vez, representa o empreendedor, ela cria espaço a partir do movimento. Ela não pode parar. Mesmo que a topeira trabalhe com disciplina ela não vai alcançar um determinado nível de produtividade, a serpente, por outro lado, anula as limitações. Para que seja possível aumentar o nível de produtividade foi necessário passar do “modelo-topeira” para o “modelo-serpente”, aponta Byung-Chul Han.

A motivação, a competição e a otimização são características de nossa época que conduzem os trabalhadores a jornadas de trabalho ininterruptas, pois eles não podem parar. Como são senhores de si mesmos, empreendedores da própria vida, eles se forçam a continuar trabalhando mesmo nos momentos de descanso, pois é necessário ser produtivo 24h por dia, 7 dias por semana.

Cursos de capacitação para melhorar o desempenho, horas extras para dar conta de todas as demandas, conexão com o trabalho por meio do Whatsapp que acompanha os indivíduos a todo o momento, atividades extracurriculares (natação, futebol, aula de idiomas, yoga, ginástica etc.) se constituem em jornadas diárias estressantes cada vez mais comuns.

Mas como é possível manter os indivíduos nesse ritmo frenético? Para o filósofo, é aí que está a chave da compreensão do sistema de dominação vigente hoje. “O regime disciplinar se organiza como corpo. É um regime biopolítico. Por sua vez, o regime neoliberal se comporta como alma. Desse modo, a psicopolítica é sua forma de governo”, destaca o filósofo. É por meio da ideia de que os indivíduos são livres para abrir os próprios caminhos e movimentar-se como desejam, para consumir e produzir, que o sistema os mantém sob domínio.

Se na sociedade disciplinar a punição e o encarceramento eram as formas de controle, na sociedade atual a culpa e a dívida ocupam esse papel. Nos valores neoliberais, a liberdade significa poder consumir sem limites, pois é por meio do consumo que as pessoas constroem a sua identidade. O consumo, nesse contexto, está diretamente associado com a noção de produtividade: se produzo mais, posso consumir mais.

É por meio da ideia de que os indivíduos são livres para abrir os próprios caminhos e movimentar-se como desejam, para consumir e produzir, que o sistema os mantém sob domínio

A culpa, por sua vez, acompanha qualquer tentativa de descanso. Como é necessário manter-se em movimento, parar é tido como um ato de fraqueza, um empecilho que irá impedir o empreendedor de alcançar aquilo que deseja, de poder consumir o que precisa. Assim, endividados e culpados os indivíduos se autoexploram, sem necessidade de que uma instituição lhes diga o que é necessário fazer.

No Brasil, o endividamento tem alcançado níveis recorde e o cenário apontado por Han parece se fazer presente. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o mês de junho deste ano teve o maior percentual de famílias endividadas no Brasil desde 2010. Só no primeiro trimestre de 2021, 69,7% das famílias brasileiras

encontravam-se endividadas, o que representou um aumento de 1,7% em relação ao ano anterior.

Em nota publicada pela entidade, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, mencionou a inflação como principal influência no índice de endividamento da população. Segundo ele, o poder de compra dos brasileiros tem sido reduzido pela alta nos preços. “A renda dos consumidores também está afetada pelas fragilidades do mercado de trabalho formal e informal, com o auxílio emergencial deste ano sendo pago com um valor menor”, afirmou Tadros.

Na busca pelo aumento do desempenho, pipocam nas mídias sociais relatos sobre esgotamento mental e a dificuldade de parar. “Culpa em descansar ou por não fazer coisas que eu acho que deveria fazer mas não estou com von-

tade”, publicou no Instagram uma seguidora do perfil Carvalhando, criado pelo consultor e palestrante André Carvalho, que se dedica a produzir conteúdo sobre marketing sustentável, meio ambiente e novas relações de trabalho menos predatórias.

De acordo com uma pesquisa realizada pela empresa de recrutamento Talenses e publicado pelo Valor Econômico, que entrevistou mais de 1400 trabalhadores, a maioria dos profissionais relatou já ter sofrido com algum problema de saúde mental relacionado ao trabalho. 49% indicaram já ter sofrido com ansiedade e 44% com síndrome de burnout, caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma “síndrome resultante de um estresse crônico no trabalho que não foi administrado com êxito”.

Se na sociedade disciplinar a punição e o encarceramento eram as formas de controle, na sociedade atual a culpa e a dívida ocupam esse papel

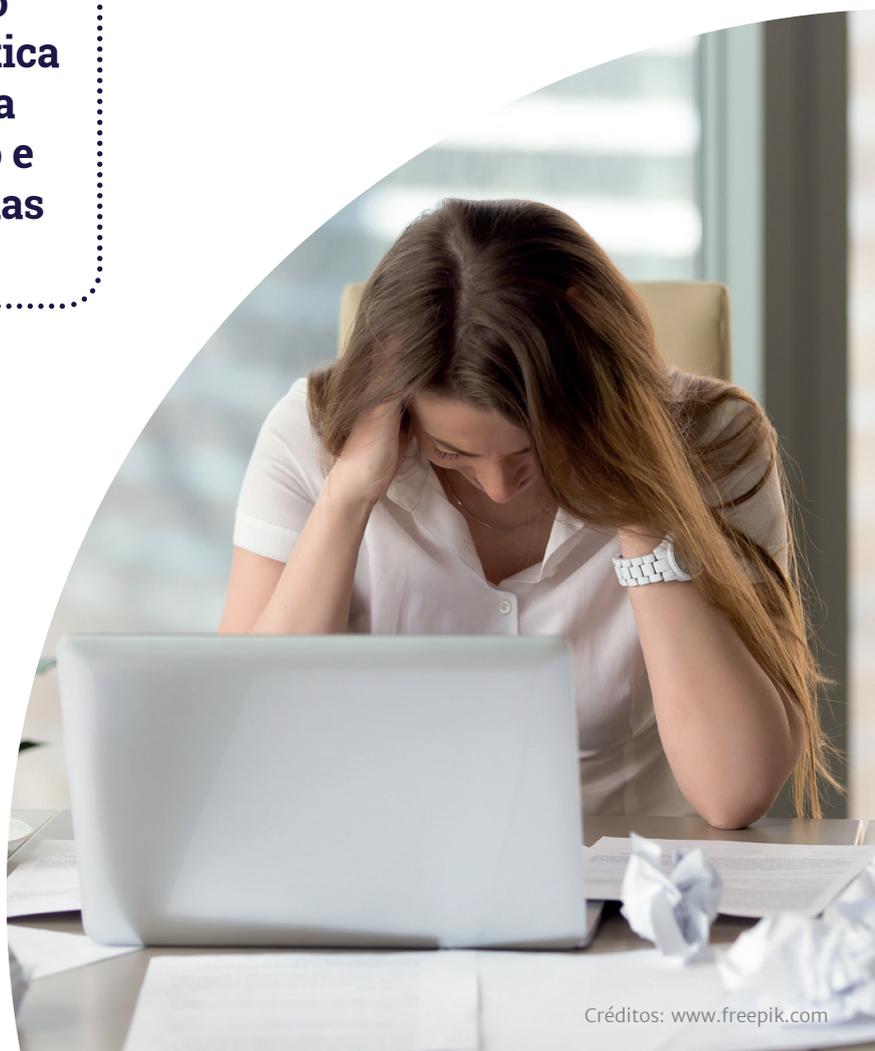
A maioria dos respondentes atribuiu esses transtornos a situações que se tornaram mais comuns nas empresas brasileiras, principalmente com o início da pandemia: pressão por resultado (61%), excesso de horas trabalhadas (55%) e o acúmulo de funções (52%). Como indicou o filósofo, é preciso manter-se em constante movimento para ampliar a produtividade. A pergunta é se esses padrões poderão ser sustentados ao longo do tempo. Os dados acima indicam que não.

Para Han, é necessário desacelerar e buscar uma prática da liberdade dissociada das lógicas de consumo e produtividade fomentadas pelo neoliberalismo. “A aceleração atual diminui a capacidade de permanecer: precisamos de um tempo próprio que o sistema produtivo não nos deixa ter; necessitamos de um tempo livre, que significa ficar parado, sem nada produtivo a fazer”, sugere o autor em entrevista concedida ao jornal El País.

A partir do conceito de psicopolítica o (a) convidamos a refletir sobre a realidade atual. Os índices de endividamento e aumento nos casos de ansiedade, depressão e síndrome de burnout relacionados às relações de trabalho precárias são questões pontuais do Brasil ou estão atrelas a uma concepção de vida que envolve as sociedades ocidentais? É possível transformar o modelo-serpente? Fazemos aqui um convite à reflexão. ■

Para Han, é necessário desacelerar e buscar prática de liberdade dissociada das lógicas de consumo e produtividade fomentadas pelo neoliberalismo

Maioria dos profissionais entrevistados por empresa de recrutamento relatou já ter sofrido algum problema de saúde mental relacionado ao trabalho



É possível sair da crise em que estamos inseridos? A perspectiva humanista pode ser uma resposta

Por: Diógenes Sandim - Consultor da Fundação 1º de Maio

Passamos pelo século XX vendo esgotar paradigmas, como o elaborado por Michel Foucault, focado na “sociedade disciplinar”, onde os conceitos eram sólidos, blocos do pensamento moldando a realidade e as interações entre as pessoas. Uma disciplina determinada pela negatividade da proibição e da coerção que, por um bom tempo, foi aparentemente suficiente para sustentar o poder do capitalismo e organizar a produção e as relações sociais, mas que não conteve as crises recorrentes que caracterizaram a sociedade moderna.

Como demonstra a história, o advento de novas tecnologias geram crises que, por sua vez, têm como resultado novos reordenamentos culturais, sociais e econômicos. Estamos experimentando as consequências dos desdobramentos da “sociedade disciplinar” para uma “sociedade de desempenho”, que por sua vez está nos transformando numa “sociedade do cansaço,” como bem caracteriza o filósofo Coreano Byung-Chul Han em seu livro sociedade do cansaço (Ed. Vozes ,2015 Petrópolis- RJ).

Esta fase histórica contemporânea onde o velho não morreu e o novo não nasceu, vivemos como diz Bauman um interregno, a era do insólito: o que era sólido desmancha no ar e vira líquido.

Em decorrência do processo adiantado da globalização planetária, a atual crise pela qual estamos passando tem se apresentado de uma forma singular, de maneira que o modelo hegemônico do capitalismo progressivamente adaptado e readaptado durante os enfrentamentos em suas crises cíclicas da era moderna, nos parece ter chegado ao momento de uma transformação estruturante de seus fundamentos.

Esta fase histórica contemporânea onde o velho morreu e o novo não nasceu, vivemos como diz Bauman um “interregno”, a era do insólito: “o que era sólido desmancha no ar e vira líquido”.

Como a água que quando ganha temperatura tem mudanças quantitativas de calor até que, chegando em uma temperatura crítica, passa do seu estado líquido para vapor, numa trans-

formação, agora, qualitativa; assim nos parece, que o capitalismo está chegando em seu último e derradeiro momento de transformação endógena sem desfigurar sua essência.

Daqui pra frente, em decorrência da quarta e já quinta revolução Industrial e com o desenvolvimento e crescimento, em escala mundial, de uma “massa crítica” social de autoreflexivo nível de consciência, as sociedades estão sendo obrigadas a reequacionar seus fundamentos ideológicos culturais que exigirá novos paradigmas comportamentais e uma nova práxis política que possa dar significado orgânico a um novo modelo de Estado. Este será o momento em que poderemos passar da era do interregno histórico conforme nossa metáfora, e sair do “líquido Baumaniano” para um estado qualitativamente diferente, catalizador da “essência”.

A face mais desenvolvida do capitalismo da era moderna, a Social Democracia, tem demonstrado ser insuficiente para atender as aspirações permanentes do Homem contemporâneo por

uma sociedade mais justa e sustentável. Observamos hoje uma crise de valores e do poder, que nos autoriza calcular que estamos no limiar de uma grande transformação do mundo e da sociedade capitalista ocidental. O que aparentemente era sólido se dissolve no ar e novas idéias brotam, como a da compreensão do humanismo na contemporaneidade, que busca entender o ser humano e sua relação com o meio de modo recursivo e sistêmico, compreendendo o sistema dessas relações e de toda a vida no planeta, de forma sustentável.

Se por um lado estamos constatando o avanço desse processo na sociedade, como resultado de lutas e diálogos no curso de toda era moderna até a contemporaneidade, por outro estamos assistindo em várias partes do mundo uma resistência reacionária, altamente antagônica, que tenta interromper e desagregar o processo histórico civilizatório da sociedade humana no derradeiro estágio de passagem, a meu ver, da era hiper moderna para a pós moderna.

Brasil, em 2021,
passa por crises de
valores e de poder



Estamos assistindo em várias partes do mundo uma resistência reacionária, altamente antagônica, que tenta interromper e desagregar o processo histórico civilizatório da sociedade humana

Essa reação tem sua origem num fundamentalismo religioso que oportunisticamente mesclado na política constrói uma narrativa de anti-política, que tenta impor uma guerra cultural contra tudo e todos que estão inseridos no contexto de uma nova cultura contemporânea humanista e transformadora de nossa sociedade. Não se contentam em disputar politicamente com suas retóricas, é necessário calar seu oponente, destruí-lo, desumanizá-lo, sem espaços para o diálogo, apenas para a imposição.

A política nesse registro não tem vez e suas narrativas são sempre polarizadoras para que se construa duas versões de interlocutores: os meus e os outros, amigos e inimigos, o bem e o mal.

Para entender essa guerra cultural temos que retroceder um pouco no tempo. Em 1992, ainda no governo Bush pai, uma figura sem prestígio e de importância secundária na política Americana, Patrick Bucha-

nan, concorreu nas primárias do Partido Republicano e obteve 23% dos votos, com a narrativa de campanha contra o multiculturalismo, contra o aborto e contra o casamento Gay.

Lançava-se a idéia de reconquistar a alma americana e seu retorno à glória do passado, fundamentada nos valores da religião cristã americana. De forma que, desde então, costurou-se essa versão protoconservadora ocidental da política, similar ao radicalismo fundamentalista Islâmico, numa guerra cultural que se desenvolveu no seio da ultra direita americana e veio a se constituir Governo nas eleições de 2016, com a vitória de Donal Trump. Surfando nas redes sociais, Trump aproveitou a ações dos algoritmos trabalhados a favor de seu discurso e inaugurou a narrativa de uma pós verdade construída de “fake news”.

Suas intenções reacionárias e autoritárias ficaram eviden-

tes por ocasião da invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, desafiando os resultados das eleições que deram vitória ao democrata Joe Biden. Uma ressonância reacionária se estendeu por vários países no mundo, numa cruzada contra a ciência e o desenvolvimento de uma “massa crítica” social culturalmente em crescimento, voltada para promover a dignidade humana e por um Humanismo Sustentável no/do planeta. Essa expressão reacionária, extemporânea, da política no mundo, está pela primeira vez fora da curva de resistência do desenvolvimento da ideologia liberal da economia, a não ser para o que é definido de capitalismo selvagem ou protocapitalismo.

Na versão brasileira, vamos encontrar a falange Bolsonarista, que por circunstâncias do acaso e da imprevisibilidade política, foi vitoriosa nas eleições presidenciais de 2018. O envolvimento no dia a dia da governabilidade é um estorvo para Bolsonaro, o que o mobiliza é o enfrentamento, o conflito, a narrativa de inimigos imaginários que se movimentam em labirínticas teorias conspiratórias. Sua base social é constituída de pessoas ressentidas que projetam seus fracassos no outro e na sociedade conforme está organi-

zada, ou seja, em segmentos sociais que querem abocanhar direitos que não lhes pertencem, que nunca lhes pertenceram e que nunca deverá pertencer.

O Bolsonarismo é um movimento de massa digital, que aproveitando os algoritmos de comunicação e relacionamentos digitais, criou uma bolha de midiosfera que teve um papel fundamental nas eleições de 2018, e hoje organiza cada vez mais essa bolha com “fake news” de narrativas conspiratórias.

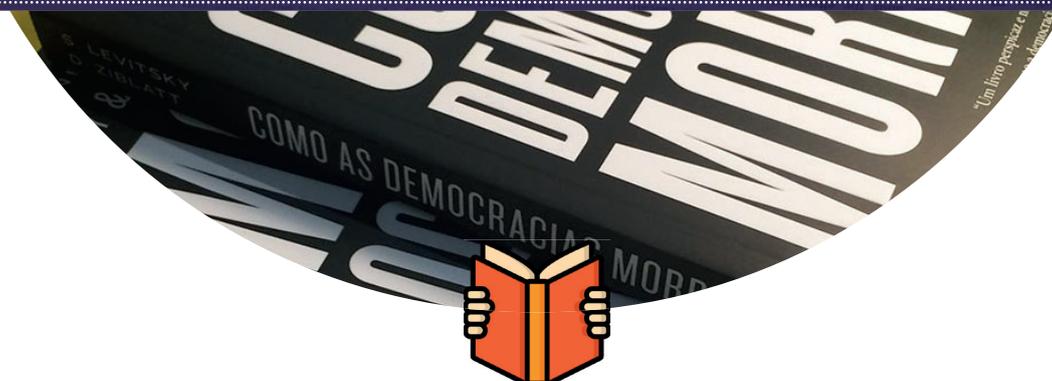
Tendo a acreditar que essas são experiências passageiras em nossa história. No entanto, temos que agir e reagir de forma organizada com unidade na diversidade contra a intolerância, um método dialógico que permite a complementariedade, a concorrência e o antagonismo, numa amálgama dialógica de complexidade relacional que nos trouxe, enquanto civilização, até aqui, e que poderá continuar nos conduzindo na construção de uma futura cultura de paz e respeito pela diversidade da vida no planeta. ■



Temos que agir e reagir de forma organizada contra a intolerância



DICA DE LEITURA



Como as Democracias Morrem e Pós-verdade e Fake News

Dois livros que podem ajudar a pensar a democracia e o poder da informação de qualidade no processo eleitoral

Nesta edição, separamos duas dicas de leituras que dialogam entre si e fornecem caminhos de análise muito úteis para entendermos o momento político no qual estamos inseridos. Elas também contribuem para pensarmos em ações imediatas e a médio prazo que servirão, a longo prazo, para termos uma democracia mais sólida e de maior qualidade. Qualquer mudança nas estruturas democráticas do país demoram para se fazer notar, dada a complexidade de questões que envolvem, no entanto, para que tenhamos o futuro esperado, precisamos conhecer o passado, entender o presente e agir agora.

O livro “Como as Democracias Morrem” de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, dois professores de Ciência Política da Universidade de Harvard, ana-

lisam o processo de desmantelamento de Democracias em diferentes partes do mundo para tentar entender, tomando como foco a eleição do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se a sólida democracia americana pode ruir.

A Democracia Norte Americana está em perigo? É essa pergunta que abre o livro e é buscando respondê-la que os autores vão analisar os processos de colapsos democráticos de diversos países pelo mundo. A resposta, já adiantamos, não é muito animadora para os norte-americanos, assim como para nós brasileiros que, com um olhar acurado, já podemos encontrar em nosso próprio país elementos importantes que indicam possíveis rupturas democráticas.

Baseando-se em estudos que indicam a importância do papel dos políticos que, a partir de seu comportamento, podem reforçar ou colocar a democracia em risco, Levitsky e Ziblatt desenvolveram um roteiro de análise com quatro fatores de alerta que ajudam a identificar se determinado político é autoritário. Quando o político 1) rejeita, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) nega a legitimidade de oponentes; 3) tolera e encoraja a violência; 4) dá indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, (pg. 32), ou mesmo que apresentem apenas um desses fatores, já é necessário acionar o alarme.

Geralmente, aquelas pessoas que costumam dar positivo para os quatro fatores são os outsiders populistas, ou seja, políticos antiestablishment, que se caracterizam como políticos diferentes “de tudo que está aí”, que negam a estrutura política atual, destacam os autores. Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos políticos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo anti-patrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder ao povo”. (pg. 32).

Ao analisar os processos históricos e políticos pelos quais os Estados Unidos passaram nos últimos anos, que permitiram que a mais velha democracia do planeta, considerada como uma das mais sólidas, elege-se uma figura como Donald Trump, cujo comportamento dá positivo para todos os fatores elencados acima, e traçando um paralelo com democracias contemporâneas que ruíram, Levitsky e Ziblatt nos ajudam a compreender a nossa própria realidade.

Há um ponto crucial no debate que os autores promovem que diz respeito à forma como essa ruptura ocorre. Nas rupturas

Já podemos encontrar em nosso próprio país elementos importantes que indicam possíveis rupturas democráticas

democráticas contemporâneas, ao contrário das anteriores, geralmente precedidas por golpes de Estado, a democracia é destruída de dentro para fora, em outras palavras, é fazendo uso das próprias instituições democráticas e de seus meca-

nismos que o líder autoritário colapsa as bases estruturais do sistema político.

Num processo contínuo e sem rupturas drásticas, a Democracia se esfarela e dá lugar ao autoritarismo. É por isso, destacam

os autores, que precisamos ficar atentos aos primeiros sinais de alerta para que esses outsiders não cheguem ao poder e, chegando, sejam impedidos de destruir a Democracia.



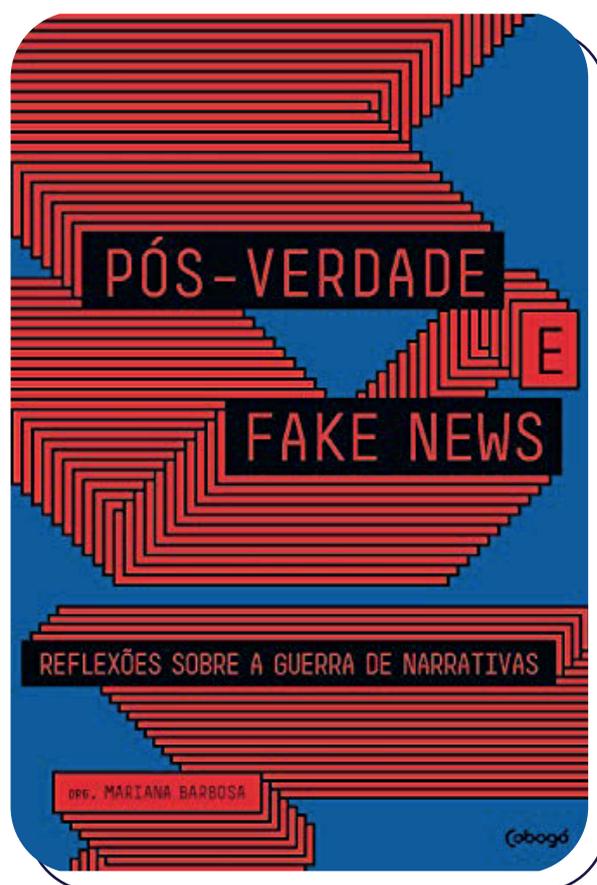
A leitura nos instiga a pensar criticamente a conduta de nossos representantes, assim como a de toda população, e perceber cada peça do sistema político, cada integrante, como co-responsável pelos rumos que o país poderá tomar. É preciso levar a sério as falas e comportamentos daquelas e daqueles que nos representam pois, a longo prazo, isso pode resultar na impossibilidade de falarmos e agirmos com liberdade.

Para nos aprofundarmos nesse debate, a segunda dica de leitura trata de um aspecto mais específico e que também tem estado em evidência no mundo desde as eleições de Donald Trump: as fake news. O livro “Pós-verdade e Fake News”, organizado por Mariana Barbosa, traz onze artigos escritos por pessoas de diferentes áreas do saber – jornalismo, economia, filosofia, ciências política etc. – que abordam o tema sobre diferentes prismas, a fim de ajudar a compreender esse fenômeno que tem colocado à prova até a própria noção de verdade.

O advento da internet e mais especificamente das redes sociais, amplificaram a capacidade de produção e disseminação dessas informações, gerando uma enxurrada de informações deturpadas e construídas com único objetivo de desinformar

Notícias falsas, é importante dizer, não são novidade e estiveram presentes ao longo da história do mundo. No entanto, o advento da internet e mais especificamente das redes sociais, amplificaram a capacidade de produção e disseminação dessas informações, gerando uma enxurrada de informações deturpadas e construídas com o único objetivo de desinformar e conduzir a população para conclusões que não têm base na realidade.

Para pensarmos sobre elas e combatê-las, nos aponta um dos autores, é necessário entender de fato o que configura uma notícia falsa. Em primeiro lugar, uma fake news é produzida de modo a levar o leitor a pensar que ela saiu de uma redação jornalística séria, ou seja, elas simulam uma linguagem jornalística, mas sem seguir os critérios necessários para a construção de uma boa matéria jornalística.



Capa do livro Pós-verdade e Fake News: Reflexões sobre a guerra de narrativas, publicado pela editora Cobogó.

Outro ponto relevante é que não é possível identificar seus autores, o que faz com que seja impossível exigir direito de resposta, por exemplo, por parte de alguém afetado por ela. Geralmente, seus autores são forjados. Além disso, a produção de fake news dá lucro, não à toa uma série de estudos se propõe a estudar a “indústria das fake news”.

Hoje, como já foi possível observar em eleições passadas, a produção e disseminação de notícias falsas é utilizada como estratégia eleitoral. E, como qualquer estratégia bem sucedida, pode garantir um cargo político a alguém que fez uso dela. Mas, se a própria estrutura da fake news é contrária às premissas democráticas, como é possível que um(a) candidato(a) faça uso desse instrumento para chegar ao poder? Que tipo de líder iremos eleger?

A obra ainda nos faz refletir sobre os possíveis impactos do uso deliberado de notícias falsas durante o período eleitoral, mas também fora dele. O “fenômeno fake news”, como temos observado hoje, é resultado ou causa de uma baixa qualidade democrática?

Em meio à enorme quantidade de informações recebidas diariamente, como reconhecer e romper com a disseminação de uma fake news mesmo quando a mensagem recebida reforça um valor ou desejo do leitor? Sobre isso, um dos autores reforça que “a educação midiática é parte intrínseca do pensamento crítico e um elemento fundamental na atualização do currículo escolar para fazer frente aos desafios do Zeitgeist e da aprendizagem dos alunos”. (Alexandre Sayad, pg. 79, em *Idade mídia: uma idade média às avessas*). Curioso(a)?

Essas são apenas algumas das questões que o livro se propõe a debater. Nele encontramos textos provocantes, que nos tiram da zona de conforto e nos convidam a pensar profundamente, não só na estrutura e lógica que permeia esse fenômeno, mas também no nosso papel no combate das fake news e na elaboração de propostas que, efetivamente, garantam a liberdade de expressão, promovam o empoderamento das populações vulneráveis e que, acima de tudo, fortalecem as bases da democracia brasileira.

“A natureza humana saiu da caixinha e nada irá colocá-la de volta lá”. (Joel Pinheiro, pg. 95, *Fake news e o futuro da nossa civilização*). Desejamos uma boa leitura. ■

Mas, se a própria estrutura da fake news é contrária às premissas democráticas, como é possível que um(a) candidato(a) faça uso desse instrumento para chegar ao poder? Que tipo de líder iremos eleger?



Realização:

Fundação 1º de Maio

- Samanta Costa · Presidente
 - Sandoval Fernandes · Vice-Presidente
 - Guilherme Martinelli · Diretor Executivo
 - Maria Izabel Simões · Diretora Financeira
- 



www.fundacaoidemaio.org.br

Siga nossas redes sociais:



[Clique para acessar](#)



SOLIDARIEDADE

www.solidariedade.org.br